

- LIII -**A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PAUTADA PELO
MOVIMENTO SECUNDARISTA DE OCUPAÇÕES**

Scarlett Giovana Borges
UNISINOS
scarlettgborges@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O movimento secundarista de ocupações, que ocorreu em maio e junho de 2016 no Rio Grande do Sul, concentrou-se principalmente na rede estadual de educação, tendo ampla participação das e dos estudantes do ensino médio. A pesquisa aqui apresentada teve como temática as ocupações de Caxias do Sul, cidade com o segundo maior número de habitantes do estado do Rio Grande do Sul, com destacada importância econômica na constituição da Região Metropolitana da Serra Gaúcha.

Em Caxias do Sul, foram ocupadas quatro escolas da rede estadual de ensino, as quais realizamos visitas de campo e reunimos uma série de materiais, como postagens nas redes sociais virtuais, fotos, vídeos, relatos e reportagens, para uma análise qualitativa da experiência produzida pelas e pelos ocupas⁴⁶. Embora cada escola ocupada componha um núcleo independente e tenhamos acompanhado de perto apenas uma cidade, as ocupações fazem parte de uma rede de manifestações nacionais que reivindicam a identidade de estudante militante, apontando as contrariedades da Política Pública de Educação.

Devido a extensão geográfica e temporal e a importante repercussão do movimento, diversos estudos já foram produzidos acerca das ocupações, apresentando e interpretando o fenômeno em diferentes regiões do país, como se pode verificar em pesquisa do Estado da Arte (BORGES, 2018). Em comum, esses estudos apontam que as ocupações em 2016 tiveram como pauta demandas relacionadas a gestão governamental da Política Pública da Educação, principalmente no que se refere aos governos municipais e estaduais, tratando do

⁴⁶ Autodenominação utilizada para identificar as e os estudantes participantes das ocupações.

investimento na Educação Básica e a garantia de participação das e dos estudantes na organização dos processos de ensino e gestão escolar.

Além disso, esteve em destaque nas ocupações a convergência de um posicionamento contrário ao Projeto de Lei Escola Sem Partido, em debate no senado, que pretendia restringir e fiscalizar o conteúdo ministrado pelas e pelos professores em sala de aula. Desse modo, entendemos que as pautas do movimento direcionam para diferentes demandas que expressam uma preocupação com a qualidade da educação, pois ao mesmo tempo que imprimem a insatisfação das e dos ocupas com as precárias condições da escola pública, reconhecem a escolarização como uma etapa importante na constituição subjetiva e social das e dos sujeitos.

DISCUSSÃO SOBRE A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NAS OCUPAÇÕES

A reflexão sobre as pautas do movimento secundarista de ocupações nos permite identificar os valores, princípios e ideais das e dos ocupas acerca da educação. As motivações das ocupações são alimentadas pelo sentimento de esperança na mudança, assim as pautas são criadas em cada escola com base na perspectiva do que poderia ser diferente. Transformações essas que, aos olhos das e dos ocupas, qualificariam seu acesso a política pública de educação.

A qualidade da educação é tratada em diversas reivindicações, desde o reclame por melhores condições físicas das escolas ao questionamento da estrutura dos sistemas de ensino. Desse modo, identificamos que o padrão de qualidade abordado pelas e pelos ocupas aparece em seu discurso de maneira ampla e, por vezes, contraditória. A qualidade da educação é reivindicada na ampliação da participação estudantil nas decisões do mundo escolar, o direcionamento da experiência escolar para fatores que sejam de interesse das e dos estudantes e a construção cidadã das e dos sujeitos. Porém, também identificamos a reprodução discursiva em relação a qualidade da educação voltada para os parâmetros que mensuram a aprendizagem, como uma melhor preparação conteudista para o ENEM.

Além disso, o discurso sobre a qualidade, diversas vezes, é tratado como um conceito autoexplicativo. Em entrevista, um dos estudantes das ocupações de Caxias do Sul afirma que para as ocupações: “principalmente, a questão mais geral, que eu acho que as ocupações se uniram para tal, é uma educação de qualidade”. (Estudante entrevistado, 18 anos, setembro de 2017). Em outra ocupação estudada, em uma carta à comunidade as e os ocupas escrevem que: “o motivo da ocupação nada mais é do que uma forma de mostrar nossa insatisfação”,

em específico: “o sucateamento das escolas em geral, o repasse ineficaz de verba para as instituições, a falta de pessoal [...] e sem dúvidas o descaso que os professores sofrem”. (Página de Facebook de uma das ocupações, maio de 2016).

Ao apontar para a qualidade da educação as e os estudantes põem em discussão sua vivência de escolarização sob um ponto vista complexo e passam a entender a Política de Educação enquanto sistema que vai além da escola ocupada, como afirma uma das estudantes entrevistadas: “[...] a gente começou a ver que os problemas da nossa escola pública eram de todas as escolas públicas”. (Estudante entrevistada, 18 anos, setembro de 2017).

Analisando as ações governamentais em relação a educação, verificamos que majoritariamente o sentido da qualidade tem sido atestado na quantificação dos resultados finais das e dos estudantes. A sistematização da avaliação nacional da educação é um dos fatores de alinhamento da Política Pública de Educação às referências internacionais. Dessa forma, a qualidade da educação é medida por parâmetros que reforçam uma lógica de meritocracia voltada à preparação das e dos estudantes para competirem no mercado de trabalho.

Em artigo acerca da qualidade da educação, Fonseca (2009) pesquisa a presença do termo qualidade nos planos educacionais, ressaltando o papel significativo desses para as ações governamentais. Segundo Fonseca (2009), os planos educacionais, desde a década de 1960, apresentam diferentes sentidos para a qualidade da educação, o que implica diretamente nas diretrizes adotadas na implementação da política pública. Para o governo brasileiro, as avaliações externas, desde sua implantação, têm sido “a principal referência para a qualidade da educação” (FONSECA, 2009, p. 168), resultado das normativas neoliberais incorporadas pelo Estado na década de 1990.

Nos anos 2000, é visualizada uma mudança nos planos educacionais, que tiveram um cunho social mais claro, principalmente em relação ao ensino básico. Em 2001, foi criado o Plano Nacional de Educação (PNE) e, em 2007, o Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE), que registram políticas que avançam no entendimento da qualidade vinculada à ação crítica.

Para Cury (2014), a qualidade da educação está vinculada a “uma educação escolar que tenha a cidadania e os direitos humanos como pilares de sua realização” (2014, p.1065). Cury (2014) aponta que, para a educação atingir padrões de qualidade universais, seria necessário ser trilhado um caminho de cooperação mútua entre os entes federativos, pautados nas metas determinadas no PNE e no PDE, destacando a importância de uma maior atuação e financiamento por parte da União. Ressalta que havendo “vontade de

efetivar tais propósitos e metas, se houver um aumento da relação PIB/educação em vista de uma expansão qualificada, é possível dizer que estamos vislumbrando uma saída racional para um direito proclamado como direito social” (CURY, 2014, p.1064).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A qualidade da educação é pautada pelas ocupações na reivindicação por melhores condições físicas das escolas, na efetivação da gestão democrática e no questionamento da estrutura do sistema de ensino. Ao falar sobre a qualidade da educação, as e os ocupas propõem discutir diferentes projetos de ensino, dialogando acerca das condições necessárias para a efetivação do direito à educação. Ainda que o discurso acerca da qualidade da educação em muitos momentos penda para padrões quantitativos e avaliativos, que convergem com a visão defendida pela ideologia de Estado neoliberal, a expectativa da formação subjetiva e para a cidadania aparecem em destaque. Assim, consideramos que, ao pautar a qualidade da educação, as e os ocupas reconhecem a importância da experiência escolar, e além disso, a necessidade de não serem apenas avaliados, mas de efetivamente fazerem parte do processo de qualificação da educação.

REFERÊNCIAS

BORGES, Scarlett Giovana. A dialética das experiências escolares na emergência da prática de ocupar e resistir. 2018, 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS, 2018. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7018>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A qualidade da educação brasileira como direito. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1053-1066, out.-dez., 2014.

FONSECA, Marília. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Educação & Sociedade**, Campinas vol. 29, n. 78, p. 153-177, maio/ago. 2009.